

PROPOSIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE (E APÓS) A PANDEMIA

Por uma proposta pedagógica
que respeite os direitos dos bebês e
crianças

Adriana Moreira Pimentel Teixeira
Elenice de Brito Teixeira Silva
Eugênia da Silva Pereira
Giselle Ferreira de Amorim
Jany Rodrigues Prado
Juliane dos Santos Amorim
Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro
Susane Martins da Silva Castro

Observatório da Infância e Educação Infantil
UNEB - 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Proposições para a educação infantil durante (e após) a pandemia [livro eletrônico]: por uma proposta pedagógica que respeite os direitos dos bebês e crianças / Adriana Moreira Pimentel Teixeira ... [et al]. -- 1. ed. -- Caetité, BA: Observatório da Infância e Educação Infantil - UNEB, 2020.
PDF

Outros autores: Elenice de Brito Teixeira Silva, Eugênia da Silva Pereira, Gisele Ferreira de Amorim, Jany Rodrigues Prado, Juliane dos Santos Amorim, Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro, Susane Martins da Silva Castro.

Bibliografia
ISBN 978-65-00-10546-9

1. Bebês 2. Criança - Estudo - Metodologia 3. Educação infantil 4. Pandemias 5. Pedagogia I. Silva, Elenice de Brito Teixeira. II. Pereira, Eugênia da Silva. III. Amorim, Gisele Ferreira de. IV. Prado, Jany Rodrigues. V. Amorim, Juliane dos Santos. VI. Ribeiro, Larissa Monique de Souza Almeida. VII. Castro, Susane Martins da Silva.

20-46706

CDD-372.21

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação infantil 372.21

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Departamento de Ciências Humanas – Campus VI – Caetité

Departamento de Educação – Campus XII - Guanambi

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – Campus XVII –
Bom Jesus da Lapa

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – Campus XX–
Brumado

Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire
(NEPE/UNEB - CNPQ)

OBSERVATÓRIO DA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Diagramação: Naiara Bastos Pinto

Nota: as ideias expressas nestas proposições são de responsabilidade da equipe do Observatório da Infância e Educação Infantil, não expressam necessariamente o ponto de vista de todos os docentes da área de Infância e Educação Infantil da Universidade do Estado da Bahia.

SUMÁRIO

QUAL O CENÁRIO QUE JUSTIFICA ESTE MATERIAL?.....	02
O QUE CONQUISTAMOS E DO QUE NÃO PODEMOS ABRIR MÃO?.....	03
DIREITO DE QUE MESMO?	04
O QUE NÃO PODE A EDUCAÇÃO INFANTIL NESSE CONTEXTO?	05
E O QUE É POSSÍVEL À EDUCAÇÃO INFANTIL?	05
CHEGAR AOS BEBÊS E CRIANÇAS: UMA TAREFA E MUITOS DESAFIOS	06
ALGUMAS QUESTÕES PARA DIRIGENTES MUNICIPAIS.....	07
PRINCÍPIOS A SEREM CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA EDUCATIVA EMERGENCIAL	08
O QUE PODEMOS APRENDER COM A PANDEMIA PARA ALÉM DA PANDEMIA?	20
REFERÊNCIAS.....	21
SUGESTÕES DE LEITURA.....	21
SOBRE AS AUTORAS.....	22

QUAL É O CENÁRIO QUE JUSTIFICA ESTE MATERIAL?

Considerando o contexto atual de fechamento das escolas em todo o país em função da Pandemia de Covid-19, as recomendações do Conselho Nacional de Educação de funcionamento via remota também para a Educação Infantil, o atual cenário de adequações dos sistemas, redes, instituições e profissionais na busca de referências para pensar essa forma de atividade não presencial, o Observatório da Infância e Educação Infantil da UNEB organizou estas proposições.

Não se trata de material instrucional do tipo manual a ser seguido, mas de alguns princípios que podem contribuir com profissionais da educação e instituições que estão cotidianamente pensando formas de “fazer funcionar” um trabalho sem a presença dos bebês e das crianças, mas que considera a importância das relações, do Outro e das possibilidades de “estar presente”, mesmo sem o contato físico.

O QUE CONQUISTAMOS E DO QUE NÃO PODEMOS ABRIR MÃO?

Não devemos abrir mão dos fundamentos e princípios da prática educativa com bebês e crianças já referendados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) e na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), entre os quais destacamos:

- Oferecer condições para que bebês e crianças usufruam de seus direitos;
- Compartilhar e complementar o cuidado-educação com as famílias;
- Promover a igualdade de oportunidade para todos os bebês e crianças;
- Construir novas formas de sociabilidade e subjetividade;
- Estabelecer uma relação efetiva com as famílias;
- Reconhecer as especificidades etárias e o direito de bebês e crianças à participação;
- Acolher as situações e as experiências concretas da vida cotidiana dos bebês, das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural;
- Ter como eixos do trabalho as interações e as brincadeiras;
- Assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento definidos na BNCC.

DIREITO DE QUE MESMO?

- Direito à saúde;
- Direito à educação;
- Direito à proteção integral;
- Direito de acesso aos bens culturais;
- Direito de aprendizagem e desenvolvimento (aprender a conviver, participar, brincar, explorar, expressar e conhecer-se).

De olho nesses princípios e direitos, que são objetos de muita luta e disputas históricas, **DEVEMOS NOS PERGUNTAR SEMPRE:**

- O que orienta a prática da Escola de Educação Infantil?
- Que caminhos humanitários estamos seguindo e traçando nesse momento?
- Estamos nos ocupando das crianças, no sentido do cuidar-educar ou estamos preocupados em manter o funcionamento a qualquer custo?

O QUE NÃO PODE A EDUCAÇÃO INFANTIL NESSE CONTEXTO?

As creches, escolas e instituições de cuidado e educação coletivos são espaços-lugares de direito das crianças e **não podem** se negar a participar desse enfrentamento da situação atual. Os prédios escolares estão fechados, mas as escolas, **NÃO!**

E O QUE É POSSÍVEL À EDUCAÇÃO INFANTIL?

Juntamente com outras áreas (saúde, assistência social, jurídica e cultural)

- Precisamos nos constituir presença na vida dos bebês, crianças e suas famílias. Ser presente não significa só a dimensão física.
- Precisamos fazer e ser parte de um pacto social pela vida, saúde, proteção e bem estar dos bebês e das crianças.

CHEGAR AOS BEBÊS E CRIANÇAS: UMA TAREFA E MUITOS DESAFIOS

TAREFA:

Reinventar uma escola flutuante capaz de entrar nas casas e fazer um convite às famílias, já que não é compulsório que as famílias realizem o que propomos.

QUE CONVITE?

Vamos construir modos de estar com as crianças e criar formas de brincar, explorar, experimentar, produzir, pesquisar, registrar ideias, compartilhar?

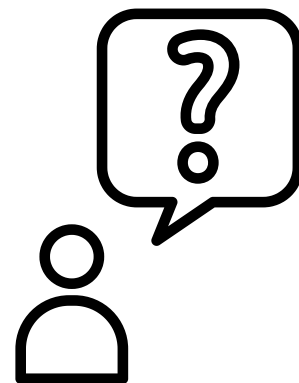
Como FAZER isso?


Para essas questões ninguém tem uma resposta pronta, única e absoluta. Isso precisa ser pensado coletivamente, levando em conta os contextos sociais, os cenários da Pandemia (que têm durado no Brasil mais que prevíamos), as condições de vida da população, a localização das instituições, os acessos por mídias sociais e Internet, a viabilidade de acesso presencial, entre outros. Questões que cada município deverá levantar por meio de pesquisa.


ALGUMAS QUESTÕES PARA DIRIGENTES MUNICIPAIS


 Onde estão os bebês e as crianças?


 Como estão?



 Têm conseguido suprir necessidades fundamentais básicas?

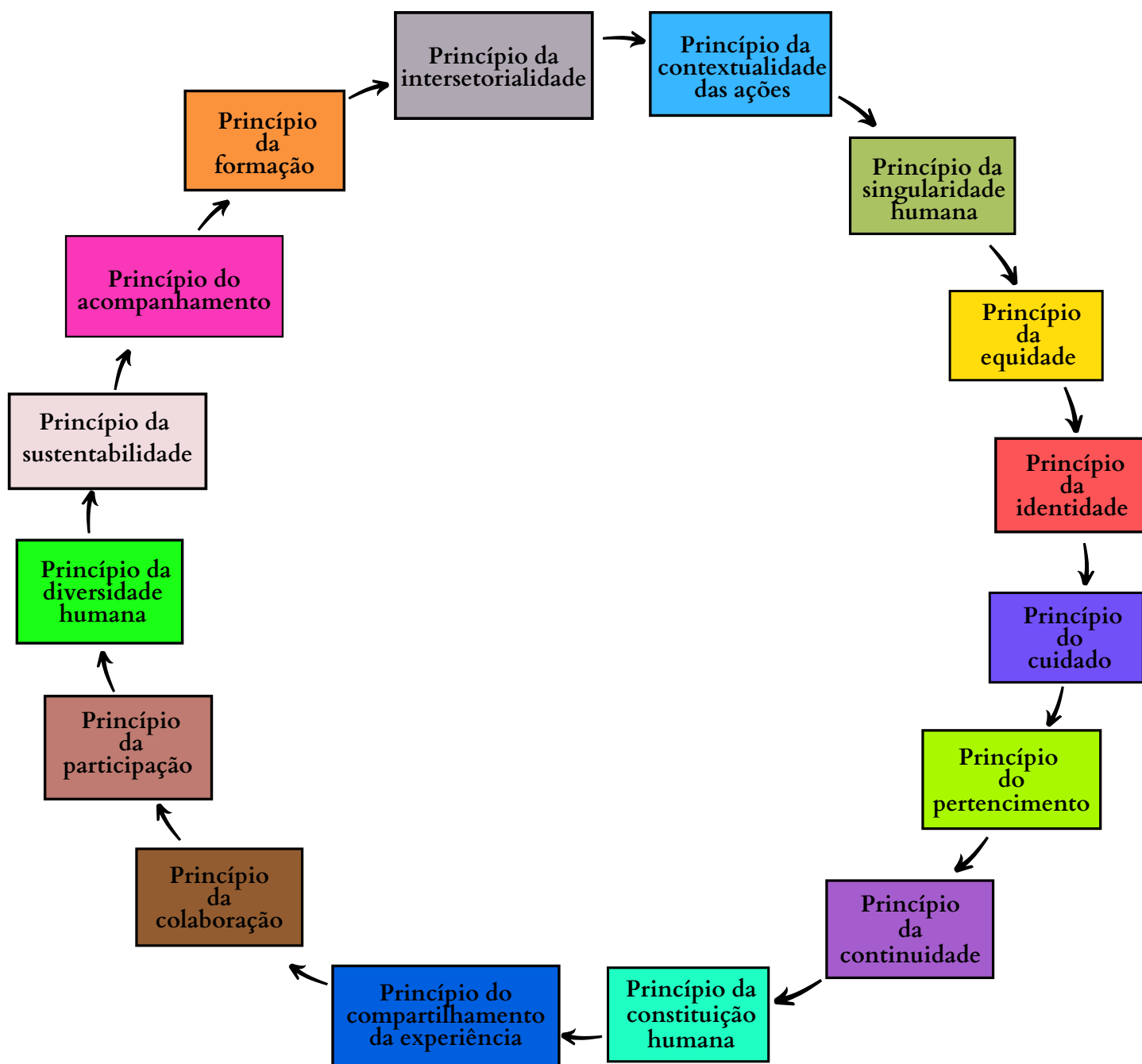
 Do que necessitam?

 Como protegê-los?

 Os municípios têm conseguido acesso a essas informações e planejado políticas de atendimento?

PRINCÍPIOS A SEREM CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA EDUCATIVA EMERGENCIAL

Ainda que não tenhamos soluções prontas e acabadas diante das incertezas de um fato novo, sistematizamos alguns pontos que podem orientar as práticas educativas não presenciais:



O currículo da Educação Infantil já não é o mesmo de antes – PRINCÍPIO DA CONTEXTUALIDADE

É um equívoco tentar realizar o trabalho tal e qual seria realizado de forma presencial. Os projetos, as sequências didáticas, os trabalhos com módulos e livros didáticos na exata sequência em que foram elaborados (para as escolas que o utilizam), os mesmos temas de todos os anos, não podem ser trabalhados como se as famílias fossem substituir o trabalho docente e como se não houvesse algo diferente que está afetando a vida das crianças.

Um currículo baseado nos campos de experiências precisa considerar **quais experiências estão acontecendo em casa**, quais interesses, necessidades, curiosidades, motivos novos emergiram. Por isso a necessidade de **escuta, contextualização e reorganização**.

Pensar, por exemplo, as múltiplas relações da criança com a casa e a família, com a produção artística e cultural, as práticas de letramento, os problemas sociais e comunitários, os noticiários e as mídias sociais, entre tantas outras questões acerca da proteção e seguridade que não podemos ignorar.

O que importa aos bebês e as crianças vivenciarem, descobrirem, experimentarem, construírem, nesse momento? Lembrar que não é a lógica de ter uma lista de conteúdo a cumprir e enviar para casa. Trabalhar com campos de experiências é pressupor que os conteúdos são vivenciados e ampliados por meio delas e não de forma transmissiva.

As experiências envolvem fazer, pensar, sentir.

É preciso um **CURRÍCULO EMERGENCIAL** (LIMA, 2020) e a elaboração de uma proposta pedagógica para a condição de trabalho não presencial.

Nosso papel é oportunizar/ampliar as experiências e criar condições, junto às famílias, para que elas aconteçam!

As especificidades dos bebês – PRINCÍPIO DA SINGULARIDADE HUMANA

É preciso considerar, na proposta, a diferença substancial entre as práticas educativas com bebês e com as crianças maiores de 18 meses. A criação e fortalecimento de vínculos/pertencimentos e a criação de espaços de produção simbólica são dois aspectos que unem as propostas, independente da idade, variando-se os suportes e linguagens. Como o uso de telas não é recomendado para os bebês, podemos fazer uso de áudios para leitura, contação de histórias, cantigas e músicas, mas, sobretudo, podemos criar sugestões para as famílias e propostas de exploração sensoriais diversificadas.

Toda proposta deve ser dirigida aos bebês e às crianças – PRINCÍPIO DA EQUIDADE

Isso significa que é a eles e elas que nos reportamos quando enviamos um áudio, um vídeo, um bilhete, uma sugestão, etc. É para eles/elas que estamos fazendo tudo que fazemos. Essa é uma forma de respeito e, ao mesmo tempo, atende ao princípio de manter um vínculo que começou a ser construído.

Toda a proposta organizada pela professora ou professor é planejada/pensada para a sua turma – PRINCÍPIO DA IDENTIDADE

Esse ponto decorre da ideia de focar a criança como sujeito ativo da proposta. Ela não é receptáculo. Isso exige uma proposta personalizada de cada professor/professora para sua turma. Como manter vínculo e construir identidade da turma se enviamos sempre propostas gerais da escola, vídeos institucionais nos quais nunca aparece seu professor, sua sala, aquelas coisas da turma que só o grupo conhece?

Manutenção e fortalecimento de vínculos – PRINCÍPIO DO CUIDADO

É importante que os bebês e crianças saibam que, apesar da pandemia, a escola não desapareceu, as professoras, os profissionais daquela instituição estão lá e se lembram deles/delas. Lembrando que a parceria família-escola implica compartilhar cuidados e, não, apenas compartilhar atividades!

Encontrar uma forma de entrar em contato com as famílias, o envio de um vídeo em que a professora apareça contando sobre o seu dia, a “presença” no dia do aniversário das crianças da turma, o envio de uma carta compartilhando uma lembrança ou algo especial que aconteceu, a escuta sensível para saber como está essa criança e família, são exemplos de ações que potencializam a criação e manutenção de vínculos.

Criar formas de estabelecer o pertencimento à turma – PRINCÍPIO DO PERTENCIMENTO

O que bebês e crianças gostavam de cantar?

O que mais gostavam de fazer?

Em quais lugares gostavam de estar?

Quais brinquedos? Quais artefatos?

Se não tivemos tempo de descobrir, também podemos perguntar para eles/elas. Receber propostas que remetem a artefatos do grupo ajudam a constituir memória dos tempos juntos na turma, da creche/escola como um lugar da criança apesar da não frequência atual.

Gerar circularidade – PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Que temas podemos explorar de modo a garantir algum aprofundamento e continuidade?

CONSTRUIR EXPERIÊNCIAS EXIGE CONTINUIDADE – inserir, avançar – retomar.

Uma história não pode ser contada só uma vez, por exemplo. Por isso, as atividades xerocadas desconectadas dos contextos de vida das crianças podem gerar ainda mais fragmentação. Toda semana uma coisa desconectada do objetivo que se quer alcançar.

Que tipo de metodologia de trabalho pode ser construída agora que explicita o princípio de continuidade? Projetos? Sequências? Pesquisas do cotidiano?

Pensar e criar metodologias como possibilidades de integrar a proposição da escola e os contextos familiares. Esses ambientes diferentes geram coisas novas.

Oportunizar experiências de pesquisa da vida cotidiana e de produção simbólica – PRINCÍPIO DA CONSTITUIÇÃO HUMANA

Bebês e crianças estão se constituindo como pessoas singulares no mundo. Devemos nos lembrar disso a cada planejamento. O que existe no mundo precisa ser apropriado por eles/elas– apropriar no sentido de tornar próprio, existir para si como realidade mental. Isso significa que bebês e crianças precisam estar ativos para aprender. Os desafios e as oportunidades para construir e criar são fundamentais, e não somente reproduzir o vivido.

POR ISSO, AS EXPERIÊNCIAS SÃO MAIS IMPORTANTES DO QUE AS TAREFAS. AS VIVÊNCIAS SÃO MAIS IMPORTANTES DO QUE A REPRODUÇÃO.

A produção da própria criança tem valor porque é construção símbolos. A expressão (por diferentes linguagens, incluindo a escrita espontânea) deve ser da criança e não uma cópia. Copiar as letras e números não vem antes de a criança construir consciência de si, do corpo, do outro, das coisas, por exemplo. Constituir memórias, imaginar, perceber, reelaborar, interpretar, narrar é o objetivo maior do trabalho pedagógico.

Pensando nisso, uma das possibilidades urgentes para durante e após a Pandemia é: **CRIAR FORMAS DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA POR MEIO DA BRINCADEIRA, LITERATURA, ARTES e NARRATIVAS ORAIS, VISUAIS, SONORAS, PLÁSTICAS e ESCRITAS.**

O processo de produção simbólica pode gerar a necessidade do registro, seja com desenhos, pinturas ou com escrita. Gerar a necessidade de escrever do seu jeito é mais interessante do que reproduzir, porque escrita é criação.

Construir documentação/registro – PRINCÍPIO DO COMPARTILHAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS

Por que estamos fazendo isso?

Para quem?

Com quem iremos compartilhar?

Como ter acesso depois?

Pensar a importância e estratégias para a família registrar os processos, os percursos, as descobertas das crianças. Enviar sugestões de como as famílias podem construir uma memória do ano letivo em casa (portfólios, fotografias, desenhos, filmagens, etc).

As famílias são nossas colaboradoras essenciais – PRINCÍPIO DA COLABORAÇÃO

Se elas são nossas parceiras, precisamos criar canais de diálogo e devolutivas com as famílias. Como estão vendo esse momento? Como tem sido as propostas? Há uma agenda semanal para que elas saibam quais as proposições de cada dia? Acontecem encontros com as famílias para apresentar, discutir, conversar sobre as propostas?

A devolutiva da família e para a família é importante para não gerar a impressão de “mala direta” como se a escola não fosse fazer nada com o que as crianças produzem. Isso pode gerar desinteresse por tudo que vier da escola por parte das crianças.

OUVIR as crianças – PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO

É IMPORTANTE PENSAR FORMAS DE SABER O QUE AS CRIANÇAS ESTÃO VIVENCIANDO EM CASA.

Como estão se sentindo? Quais curiosidades? Se há encontros virtuais, ouvir o que cada uma tem a contar. A ideia da professora importa tanto quanto a curiosidade da criança, a saudade que ela sente e a vontade de narrar o que descobriu. O que elas têm a dizer importa e é central para o que vamos “trabalhar”. É um contrassenso dizer que precisa trabalhar linguagem oral e não criar canais de escuta da narrativa da criança – narrativas espontâneas e não apenas respostas a perguntas diretas. Essa é a ideia de um currículo emergencial. Ouvir as crianças nos encontros virtuais (atentando-se para o tempo de exposição recomendado pela OMS e Sociedade Brasileira de Pediatria), por áudio e vídeos ou carta e desenhos, sobretudo para aqueles que não têm a possibilidade do contato virtual.

NÃO É PERDER TEMPO!

E os bebês que não devem ser expostos a telas? Como ouvir e chegar a eles? É possível organizar propostas de estimulação sensorial e fazer envios semanais? O que podemos oferecer às famílias em termos de propostas para a relação e as experiências com os bebês? Usar a nossa voz para chegar a eles com cantigas, histórias, músicas, jogos de linguagem e de mãos, poemas e cantilhenas ou simplesmente para dar um bom dia afetivo; organizar sugestões de exploração de materiais em casa atentando-se para os cuidados e para o acompanhamento; compartilhar materiais sobre cuidado e atenção com esse tempo de desenvolvimento humano como amamentação, alimentação, desfralde, medicação, sono, higiene, riscos domésticos, etc. Enfim, compartilhar cuidados com as famílias de outra forma.

Enfim, para chegar e ouvir, precisamos **produzir uma Pedagogia da sensibilidade e da escuta.**

Produzir uma pedagogia da escuta que tenha como ponto de chegada e partida o Ser bebê-criança histórico, cultural e social – PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE HUMANA

Quem são os bebês e crianças?

Onde moram?

Com quem vivem?

O que sentem nesse momento?

Quais os modos de vida no campo, nas pequenas cidades do interior, nas cidades maiores, nas comunidades extrativistas, de pescadores artesanais, de ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, indígenas, refugiados, institucionalizados?

Importante prevê, nas proposições, sugestões que respeitem as características socioculturais das comunidades onde bebês e crianças moram, a situação de perdas familiares em função da Covid-19, os sentimentos complexos e os estados emocionais.

Esses sentimentos têm sido tematizados por meio das conversas, da Arte, da Literatura? Não há como isolar as emoções e afetos do trabalho pedagógico que tem como função sociopolítica o DESENVOLVIMENTO INTEGRAL dos bebês e crianças.

Fortalecimento de relações sustentáveis entre criança, natureza e cultura – PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE

Para a elaboração de propostas pedagógicas durante (e após) a Pandemia é importante considerar, ainda, que bebês e crianças já viviam certo “confinamento” com boa parte da população morando em áreas urbanas, em espaços restritos e com pouco acesso a áreas verdes, sobretudo nos espaços públicos, demasiadamente concretados. O uso da TV e outros aparelhos eletrônicos, como celulares, já ocupavam muito o tempo das crianças. Obesidade, sedentarismo, ansiedade, falta de habilidades físicas, são apenas algumas das consequências associadas a esse estilo de vida, de acordo com pesquisas (FLEURY e SILVA, 2019).

Com a Pandemia, esse padrão de convívio com o ambiente natural tende a se agravar, caso as escolas reforcem o uso deliberado do celular e computador, as tarefas instrumentais de cópias e respostas em cadernos, livros e módulos. Nesse contexto, é ainda mais urgente o fortalecimento de relações sustentáveis entre criança, natureza e cultura por meio de possibilidades de exploração, observação, brincadeiras com elementos da natureza e pesquisas dos seus fenômenos e aspectos físicos e materiais. Enfim, por meio de pedagogias que vão na contracultura da artificialização, do consumo, do uso exagerado de materiais que produzem lixo e destruição. Isso não significa empobrecimento das práticas e o rompimento com todo tipo de material impresso, no entanto.

Avaliar o que tem sido feito e levantar as necessidades constantemente – PRINCÍPIO DO ACOMPANHAMENTO

Como avaliar o que as crianças fazem neste momento de pandemia?

É preciso compreender que acompanhar o que elas têm feito precede a ideia de avaliar, assim é preciso ter um olhar e uma escuta sensível para esses bebês e crianças, pois temos a cultura de dar um julgamento final, antes mesmo de compreender o que está acontecendo.

Reservar tempo e estabelecer agenda para estudar e pesquisar sobre temas emergentes dessa condição de funcionamento remoto – PRINCÍPIO DA FORMAÇÃO

Há tantas INCERTEZAS neste momento que a única certeza que temos é a de que precisamos nos formar. Estudar, estudar e estudar sobre... as Pedagogias da Infância; os direitos das crianças; as especificidades dos bebês; a organização dos contextos de aprendizagem para bebês e crianças; as infâncias e o fazer docente em tempos de pandemia; a importância da documentação pedagógica; como potencializar as experiências das crianças. Definir temas que dialoguem com o que estamos enfrentando agora, mas que ratificam a necessidade de compreender o que significa um currículo com base nos campos de experiências, o que é um conteúdo na Educação Infantil e sobre a centralidade do cuidado, das interações e das brincadeiras.

Interessante destacar a importância das pausas, do cuidado com as emoções e das preocupações com as “perspectivas salvacionistas” que podem aparecer. Todos nós estamos aprendendo a compreender e criar estratégias para atravessar essa Pandemia. Então, um excesso de cobranças neste momento tende a atrapalhar e talvez paralisar todo o processo de aprendizagem e formação.

Pensar e enfrentar o “problema” do retorno – PRINCÍPIO DA INTERSETORIALIDADE

É necessário enfrentar essa discussão! É urgente!

É preciso constituir comitês intersetoriais com a participação de profissionais da educação, saúde, assistência e área jurídica, entidades representantes dos direitos das crianças e representantes das famílias para se elaborar proposições.

Pensar apenas os protocolos sanitários não basta. É preciso revisar nossas condições físicas e numéricas de atendimento dos bebês e crianças; revisar nossa forma de relação com as famílias de modo que seja, efetivamente, democrática e pautada no diálogo; e refletir sobre o que significa proteger os bebês e crianças nesse momento e depois dele.

Não enfrentar o debate parece corroborar com a ideia de que a educação não importa e que não é essencial. Parece uma agenda entreguista de que podemos ser os últimos a voltar, porque não há condição quando não se discute a criação da condição.

O QUE PODEMOS APRENDER COM A PANDEMIA PARA ALÉM DA PANDEMIA?

Estamos tendo a oportunidade de fortalecer a **política de diferença da Educação Infantil** em relação às demais etapas da educação básica e acreditar, de fato, na concepção de criança ativa e produtora de cultura que não cabe na massificação dos processos, nos trabalhinhos de EVA, na cópia mecanicista de atividades prontas, e de tantas coisas que ainda impedem o reconhecimento legítimo de sua autoria, do pertencimento e das formas de participação autênticas no grupo social das instituições escolares.

Estamos vivenciando a certeza de que **as interações e as brincadeiras são eixos do currículo**, ou seja, que movem a construção daquilo que vamos trabalhar com as crianças. É delas que surgem curiosidades, necessidades, interesses e motivos para novas descobertas.

Estamos vivenciando a premissa fundamental de que **fazemos Pedagogias COM os bebês e crianças** e não PARA eles/elas.

Estamos vivenciando a oportunidade de **demarcar nosso lugar enquanto profissionais da Educação Infantil** com formação específica, cujo trabalho não pode ser realizado por outras pessoas, profissionais e muito menos pelas tecnologias.

Podemos, nesse momento, mostrar às famílias **a importância da convivência entre bebês e crianças**, o papel fundamental da Educação Infantil como um dos poucos espaços-lugares onde bebês e crianças podem fazer coisas juntos com acompanhamento e colaboração dos adultos profissionais. Esse papel não pode ser substituído adquirindo um módulo/livro e realizando as tarefas em casa.

Ficou evidente, para nós, que **a modularização e o livro didático na Educação Infantil NÃO** têm sentido quando o valor está nas interações. Essa modularização pode funcionar como dispositivo para que o papel do professor/da professora seja visto como substituível e até dispensável.

Enfim, a situação atual poderá **restituir o sentido de uma Pedagogia das experiências** humanas que não começa no módulo, no livro, na produção científica acumulada. Começa nas/com as experiências dos bebês e das crianças, no cuidado diário, nas interações e nas brincadeiras, em articulação com esses saberes científicos, artísticos, históricos, culturais e tecnológicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** /Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017** - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

FLEURY, Laís. SILVA, Luciana. **Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes** – Grupo de Trabalho em Saúde e Natureza. Sociedade Brasileira de Pediatria, Instituto Alana, Crianças e Natureza, 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/beneficios-da-natureza-no-desenvolvimento-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em setembro de 2020.

LIMA, Elvira de Souza. Currículo emergencial para a educação durante e após a pandemia. **Diálogos pedagógicos**, 2020. Disponível em: <https://www.dialogosviagenspedagogicas.com.br/ebook-curriculo-emergencial-para-aeducacao-durante-e-apos-a-pandemia>. Acesso em setembro de 2020.

SUGESTÕES DE LEITURA

Educação a Distância na Educação Infantil, não! Angela Scalabrin Coutinho (UFPR) e Valdete Côco (UFES)
https://anped.org.br/sites/default/files/images/educacao_a_distancia_na_educacao_infantil_nao_educacao_e_cuidado_com_as_crianças_suas_famílias_e_profissionais_docentes_sim.pdf

Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia - Angela Scalabrin Coutinho (UFPR) e Valdete Côco (UFES)
<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16266/209209213481>

Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores – Maria Malta Campos e outras autoras
https://anped.org.br/sites/default/files/images/para_um_retorno_a_escola_e_a_creche-2.pdf

SOBRE AS AUTORAS

Adriana Moreira Pimentel Teixeira – Professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação *Campus XII* – Guanambi. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) – Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI). Professora e coordenadora pedagógica da Educação Infantil no município de Caetité-BA. Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *Campus* de Vitória da Conquista.

Elenice de Brito Teixeira Silva – Professora Assistente na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação *Campus XII* – Guanambi. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) – Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPEI-FAE-UFMG). Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais – linha de pesquisa em Infância e Educação Infantil.

Eugênia da Silva Pereira – Professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação *Campus XII* Guanambi. Professora da Rede Municipal de Ensino de Guanambi-BA. Mestra em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) – Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI).

Gisele Ferreira de Amorim – Professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias DCHT – Bom Jesus da Lapa. Membro do Observatório da Infância e Educação Infantil. Especialista em Educação Especial e Inclusão Social. Graduação em Letras e Pedagogia.

Jany Rodrigues Prado – Professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação *Campus XII* Guanambi. Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Guanambi-BA. Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *Campus* de Vitória da Conquista. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) – Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI) e do Grupo de Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT).

Juliane dos Santos Amorim – Professora Assistente na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas – *Campus VI* – Caetitê. Doutora em Biologia Celular (Linha de pesquisa em Divulgação Científica) pelo ICB-UFMG. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) – Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI).

Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro – Professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias XX – Brumado. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) – Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI). Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais – linha de pesquisa em Infância e Educação Infantil.

Susane Martins da Silva Castro – professora Substituta na Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, DCHT- *Campus XVII* – Bom Jesus da Lapa. Professora da Rede Municipal de Ensino de Riacho de Santana-BA. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) – Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI). Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, na linha de pesquisa Currículo, Práticas Educativas e Diferenças.